

► FOCO CRISE DA ÁGUA

André D'Elia/Divulgação



Cena do documentário "A Lei da Água", de André D'Elia

Filme relaciona novo Código Florestal à atual crise hídrica

FERNANDA MENA
DE SÃO PAULO

Dizem que o que é ruim sempre pode piorar. Nesta lógica, o documentário "A Lei da Água", de André D'Elia, oferece farto material sobre como a crise hídrica no Sudeste deve ser agravada pelas consequências do novo Código Florestal, aprovado em 2012.

A partir de entrevistas com cientistas renomados e ativistas ambientais, o filme mostra que medidas do código, como a redução das áreas de preservação em nascentes de rios e em suas matas ciliares,

promovem a estiagem.

Lançado no momento em que três Adins (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) contra o código tramitam no Supremo, o documentário sugere que, ao anistiar produtores que desmataram ilegalmente florestas, a lei pode ter contribuído para o recente aumento no desmatamento do cerrado e da Amazônia.

Alguns cientistas defendem que a derrubada de matas e florestas está intimamente ligada à alteração nos regimes de chuvas no país.

"O filme mostra que menos proteção significa mais crise

hídrica pela frente", diz o cineasta Fernando Meirelles, produtor de "A Lei da Água".

Para ele, "o que o Brasil perde com estas secas é infinitamente maior do que o que alguns agronegociadores ganham nas áreas que deveriam estar ocupadas por florestas."

A produção não foi financiada por leis de incentivo, mas por ONGs que querem informar esse debate no Brasil.

"Queria fazer um filme didático, que iluminasse essa questão. A água não vem dos canos, mas das nascentes e das florestas", explica D'Elia.

Sessões de estreia ocorrem no dia 30 em São Paulo, Santos, Rio, Curitiba, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre e Salvador. Ingressos podem ser adquiridos na plataforma Catarse (agua.catarse.me).